



Advogado da Daslu recebe voz de prisão em audiência

Uma audiência para oitiva de testemunhas de acusação na ação contra dirigentes da Daslu nesta quarta-feira (10/5) acabou em confusão. O procurador da República Matheus Baraldi Magnani, de Guarulhos (SP), chegou a dar voz de prisão ao advogado Octávio César Ramos.

Representante de Antonio Piva de Albuquerque — irmão de Eliana Tranches, dona da megabutique — o advogado teria insinuado que uma testemunha havia sido orientada pelo Ministério Público Federal. Ofendido, o procurador deu voz de prisão ao defensor. Primeiro, por desacato. Depois, afirmou que o advogado cometeu crime contra a honra.

A discussão durante a audiência começou a esquentar porque o advogado, que tomou parte da defesa um dia antes da audiência, afirmou que não pôde estudar os onze volumes do processo. Assim, pediu o adiamento da oitiva.

O procurador reagiu atribuindo aos acusados a estratégia de constituir novos advogados dias antes das audiências para “procrastinar o andamento dos trabalhos”. A discussão cresceu e teve seu ápice com a voz de prisão por parte do integrante do MPF.

A Comissão de Prerrogativas da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil foi acionada para verificar se havia abuso de autoridade no ato do procurador — caso entendesse que o procurador passou dos limites, poderia também dar voz de prisão por abuso de autoridade a Magnani, como já aconteceu em outras ocasiões.

Mas antes mesmo que o presidente da comissão, Mário de Oliveira Filho, chegasse a Guarulhos, as partes se compuseram. Ainda assim, o procurador afirmou que representará contra o advogado junto à OAB.

A Comissão de Prerrogativas, por sua vez, pretende instaurar processo de desagravo público ao advogado e analisar se houve abuso de autoridade no ato do procurador. “Se houve excessos por parte do procurador, vamos requerer a abertura de ação penal por abuso de autoridade”, afirmou Oliveira Filho.

Subfaturamento

Em 13 de dezembro, a juíza Maria Isabel do Prado, da 2ª Vara de Justiça Federal de Guarulhos, aceitou denúncia do Ministério Público Federal e abriu processo contra Eliana Tranches e outros seis acusados por um esquema de subfaturamento de mercadorias.

Eliana Tranches é acusada de formação de quadrilha, contrabando e falsidade ideológica e, caso seja condenada, pode pegar até 21 anos de prisão. A dona de megabutique foi alvo de uma operação da Polícia Federal batizada de Narciso.

Date Created

10/05/2006